

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

# DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

## O "ULTIMATUM" INGLÊS DE 1890 E A OPINIÃO PÚBLICA

Na sua bem conhecida obra *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Basilio Teles qualificou a intimação britânica como "o acontecimento mais considerável que, desde as invasões napoleónicas, abalou a sociedade portuguesa" (1). A perspectiva republicana teria forçosamente de valorizar o evento. É que o Ultimato suscitou no âmbito do nosso republicanismo um câmbio de chefias e de metodologias políticas, conduzindo à substituição da pedagogia doutrinal e eleitoralista da geração de Manuel Emídio Garcia, de Teófilo Braga e de Elias Garcia pelo evangelho revolucionário de João Chagas, de António José de Almeida e de José Relvas. A intransigência do gabinete presidido por Lord Salisbury e o vexame infligido a Portugal determinaram a eclosão da tentativa de desfrontera revolucionária portuense. A rebelião frustrada de 31 de Janeiro de 1891 ofereceu ao republicanismo o seu grande mote sentimental e simbólico. Tentar fazer a análise dos efeitos imediatos do Ultimato sobre a opinião pública é penetrar numa garrida antecâmara de florilégios verbalistas e de grandiloquências patrióticas sem alcance prático. João Chagas, testemunha presencial da agitação lisboeta das primeiras horas, expressou deste modo a sua perplexidade: "O que eu esperava nunca esteve bem definido no meu espírito, mas não era por certo essa ensurdecadora gritaria de rua" (2). \*

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) Basilio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, Lisboa, Portuga lia Editora, 1968,2- ed., p. 81.

(2) João Chagas, *Diário de um condenado político (1892-1893)*, Porto, Livraria Chardron de Leio & Irmão Editores, 1913, 2- ed., p. 214.

A frustração popular recorreu, num primeiro momento, à prática da violência gratuita, associada à apoteose dos heróis do dia. Os vidros do edifício onde se imprimia o jornal progressista *Novidades*, dirigido por Emídio Navarro, foram reduzidos a estilhas. O periódico procurara justificar a pronta cedência governamental à vontade inglesa, aludindo a inquietantes movimentações de vasos de guerra britânicos nas proximidades de Moçambique, Cabo Verde e Gibraltar (3). A mesma sorte sofreu a residência do Ministro dos Estrangeiros, Barros Gomes, e a Legação britânica, de onde a população em fúria arrancou o escudo de armas. Por seu turno, vitoriava-se a folha regeneradora *Gazeta de Portugal*, que, de braço dado com o republicaniíssimo jornal *O Século*, exigia do governo presidido por José Luciano de Castro a mais pronta demissão (4). Para os súbditos da Rainha Vitória passou a ser aventuroso o mais inocente passeio ou o trânsito quotidiano pelas ruas da Capital, dado o cúmulo de xenofobia atingido pelo sentimento anti-britânico. Em Lisboa e na província inicia-se um verdadeiro ciclo de comícios, de conferências públicas, de reuniões de protesto e de representações aos poderes instituídos. Os promotores destas iniciativas recrutavam-se, em regra, entre militares, jornalistas e académicos (5).

Teria sido relativamente fácil ao republicanismo apropriar-se desta espontaneidade popular pré-revolucionária e orientá-la no sentido mais conveniente para os seus *objecti vos*. Porém, o Partido Republicano vivia uma situação interna de grande conturbação. Desde 1887, ano em que tinha realizado o seu 32º Congresso, se manifestavam no seu interior facções em aberto conflito. Elias Garcia e Consiglieri Pedroso, representantes do Partido na Câmara Baixa, eram acusados pela facção mais radical, comandada por Manuel de Arriaga, de tramarem com Barjona de Freitas a fusão do agrupamento republicano ou a sua aliança com a *Esquerda Dinástica*. Para os mais intransigentes, esta ligação com a patrulha *barjonácea*, longe de reforçar o Partido, só serviria para descaracterizá-lo (6). Por outro lado, é indubitável o

(3) Cfr. Bourbon e Meneses, *O "Ultimatum" de 1890 (Antecedentes do conflito anglo-português)*, Lisboa, Edições Excelsior, s. d., p. 6.

(4) Cfr. Arnaldo Fonseca, *Do Regicídio à Republica. Documentação historica coordenada por....*, Lisboa, Cernadas & C<sup>a</sup> Livraria Editora, 1911], p. 100, nt. 1.

(5) Cfr. Heliodoro Salgado, *A insurreição de janeiro*, Porto, Typ. da Empreza Litteraria e Typographic, 1894, p. 89 ss..

(6) Cfr. Theophilo Braga, *Discursos sobre a Constituição politica da Republica*

primado teórico do evolucionismo legalista e ordeiro, sendo ainda raras e pouco escutadas as vozes que defendiam a mutação violenta do regime (7). O abalo produzido pelo Ultimato no espírito público não pôde ser, portanto, revolucionariamente aproveitado, porque, como Elias Garcia confessou a Heliodoro Salgado, o Directorio republicano fora colhido de surpresa e nada organizara para prevenir a necessidade de um golpe de força (8). Daí que as figuras republicanas mais representativas não nos apareçam a pontificar na orientação dos protestos populares. Este papel foi assumido por Eduardo de Abreu, que era, ao tempo, deputado do Partido Progressista.

O desvalimento e a impotência nacionais irão expressar-se através do recurso ao grande gesto teatral e à simbologia patriótica. Medularmente romântica e intrinsecamente emotiva, a psicologia das massas contentou-se com a radiação efémera de cenografias improvisadas e recolheu-se depois à domesticidade, com o papo cheio de invectivas. Talvez que as coisas não pudessem deixar de ter sido assim. O Partido Progressista, alvo preferencial da vozearia primitiva, nunca teve condições para transformar o Ultimato numa verdadeira questão internacional, merecedora de activas solidariedades externas. As Convenções luso-francesa e luso-alemã de 1886, que davam esboço, através do "mapa cor-de-rosa", ao sonho de "criar um novo Brasil em África" (9), ressalvavam expressamente os direitos que outra qualquer potência julgasse ter aos territórios que nos eram reconhecidos (10); o Partido Regenerador demonstraria logo de seguida, através da negociação do vexatório clausulado do tratado "ad referendum" de 20 de Agosto, que não dispunha de trunfos suficientes para moderar a Inglaterra e que, portanto, não podia apresentar ao País uma política colonial alternativa; finalmente, a própria mudança

*Portuguesa*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911, pp. 89-94 e também *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, Lisboa, Livraria Ferreira-Ferreira Lda, Editores, 1911, pp. 75-76.

O Cfr. Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana. 1870-1910*, Coimbra, 1990, pp. 11-25.

(8) Cfr. Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, pp. 107-108.

O A expressão é de António Enes. Veja-se António Enes, "O conflito", jornal *O Dia*, de 13 de Janeiro de 1890. Este artigo encontra-se transcrito na obra *O "Ultimatum" visto por António Enes*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1946, pp. 200-201.

(10) Cfr. Marcello Caetano, *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*, Lisboa, Edições Ática, 1963, pp. 110-118.

de regime dificilmente poderia alterar a posição relativa das potências coloniais europeias, envolvidas em complexos equilíbrios de interesses e nada interessadas nos projectos expansionistas de um Portugal sem frota de guerra, sem marinha mercante e sem solvência financeira internacional.

Sobrava-nos o recurso ao gesto largo, à palavra enfática, à atitude dramatizante, à vindicta miúda, à boa e má literatura para consumo interno. Após a queda do gabinete presidido por José Luciano, rendido ao fim de três dias pelo ministério regenerador de Serpa Pimentel, os estudantes lisboetas, reunidos em assembleia magna, decidiram enviar uma mensagem aos colegas dos países estrangeiros signatários do Acto Geral da Conferência de Berlim, pedindo solidariedades para uma solução de arbitragem; uma outra mensagem expressou telegraficamente a Serpa Pinto a devoção da academia; uma terceira foi entregue à Câmara dos Pares, recomendando uma postura de combatividade. Depois, em romagem cívica de desagravo, estudantes e populares concentraram-se junto à estátua de Camões, cobriram-na de funerários panos e aí deixaram esta solene legenda: "Estes crepes que envolvem a alma da Pátria são entregues ao respeito e à guarda do povo, da mocidade académica, do exército e da marinha. Quem os arrancar ou mandar arrancar é o último dos covardes vendidos à Inglaterra" <sup>(n)</sup>. Também se tornou moda entre as camadas sociais prestigiadas devolver ao plenipotenciário britânico as venerated e distinções outrora concedidas pelo governo inglês. Foi o que fizeram o Duque de Palmeira, medalhado pelos serviços prestados na Guerra da Crimeia, e o Conde de Resende, este último depondo nas mãos de Mr. Petre o símbolo honorífico com que tinha sido contemplado o seu avoengo Visconde de Beires. O nosso País, impossibilitado de se desagrar militarmente ou de se dignificar diplomaticamente, entra decididamente no terreno da expurgação vocabular. O *Diário Ilustrado* revê a titulação das suas colunas dedicadas à vida mundana e decide substituir a secção *High-Life* pela denominação *Sociedade Elegante* ou *Alta Sociedade*, mais vernácula e patriótica; a anglofobia lexical repudiou igualmente o uso, até então corrente, dos vocábulos *meeting* e *club*, os quais foram

<sup>(n)</sup> Cfr. A. Álvaro Dória, *Movimentos políticos do Porto no século XIX*, Porto, 1963, p. 511.

respectivamente substituídos pelas palavras *comício* e *grémio* C<sup>12</sup>). Esboçou-se um boicote comercial às mercadorias britânicas e recomendou-se a interrupção das exportações portuguesas para a "pérfida Albion", homenageando talvez a decrépita situação da nossa balança de pagamentos... Alguns diligentes comerciantes da Baixa lisboeta retiraram à pressa das suas montras os chapéus de coco e as bebidas espirituosas daquela infame proveniência. O *Diário de Notícias* foi duramente criticado por persistir na publicação de publicidade a firmas e produtos ingleses. Um poeta assomadiço recorreu à melhor inspiração dos seus versos de pé quebrado e, dirigindo-se a D. Carlos, desfechou-lhe este inspirado mimo:

"Não recueis, Senhor! uma lição severa  
Mandai à nossa aliada, essa indomável fera,  
Que para nós lançou seus olhos de milhafre,  
Tentando espezinhar-nos como ao "boer" e ao cafre:  
— Quebremos essa aliança, e contra a represália  
Sejam nossas irmãs, a França, a Espanha e a Itália!  
Guerra de morte ao infame e às loiras esterlinas,  
Às rolhas, *Oldtom Gin*, ao ferro e às margarinas:  
Também neste formoso e lúcido torrão  
Se fabrica cerveja e há minas de carvão!  
E mostremos depois, a esses cruéis patifes,  
A falta que lhes faz o *Port Wine* e os bifes." O<sup>3</sup>)

Também Antonio Enes, nas colunas do jornal *O Dia*, defendeu o boicote económico contra a Inglaterra, servindo-se, contudo, de urna argumentação bastante mais consistente: "Esmere-se a nossa indústria em produzir os artefactos que costumamos pedir às fábricas britânicas; procure a nossa agricultura mercados novos para os artigos que a Grã-Bretanha lhe consumia; empenhe-se o comércio em encontrar na Espanha, em França, na Alemanha, os géneros que recebia dos comerciantes de Londres ou de Liverpool (...) Em vez de vociferar e bracejar, concentremos os brios e as cóleras num propósito constante

(12) Cfr. Alexandre Cabral, *Os crimes da monarquia*, Lisboa, Empresa de Publicidade Seara Nova, 1973, p. 133, nt. 45.

(13) Silva Ferraz, *A infâmia. Carta a Sua Magostado El-Roi D. Carlos a proposito do conflicto anglo-portuguoz*, Porto, Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, 1890, pp. 13-14.

de não receber serviços nem prestar serviços aos ingleses, de irmos cortando fio a fio as nossas relações com a Inglaterra" (14).

Para prover às necessidades imediatas do municiação e equipamento do nosso exército, tornaram-se frequentes os peditórios públicos, realizados sobretudo por estudantes nos centros urbanos mais desenvolvidos. Estas iniciativas espontâneas originaram a ideia de se organizar uma Grande Subscrição Nacional. A ingenuidade do projecto era transparente. A munificência privada, por maior que fosse a generosidade, não poderia suprir décadas de incúria e transformar, por um golpe de magia, a incipiência militar num temível e bem provido aparelho de guerra. Os donativos apenas permitiriam que a nossa frota viesse a ser enriquecida com um cruzador, reforço manifestamente insuficiente para intimidar a poderosa armada britânica. Nestes trabalhos de angariação de fundos participaram cidadãos oriundos dos mais diversificados horizontes políticos, como os republicanos Latino Coelho, Teófilo Braga e Sebastião de Magalhães Lima, o regenerador Manuel de Assunção, António Enes, afecto ao Partido Progressista e até o miguelista Fernando Pedroso. O varandim do Teatro de D. Maria II foi tratado com o carinho que se dispensaria a um altar da Pátria. A bandeira nacional coexistia com panejamentos de fundo azul ferrete, onde se inscreveram, em letras brancas, os seguintes dizeres: *11 de Janeiro de 1890 — Grande Subscrição Nacional — Defesa do País* (15).

As mútuas recriminações de instrumentalização e de oportunismo com que se acusavam as parcialidades políticas deram alento a propostas de fundo ético e supra-partidário. Uma delas fez nascer, no Porto, a Liga Patriótica do Norte. A ideia da sua organização foi aventada num comício celebrado em 26 de Janeiro de 1890 no Teatro do Príncipe Real. Nesse mesmo dia, o jornal *A Província* estampava o artigo "Expição", da autoria de Antero de Quental, onde se contestava a filosofia belicista da Grande Subscrição Nacional, se sugeria "um acto de contrição da consciência pública" e uma "reforma dos sentimentos e dos costumes" e se aduzia esta certa reflexão: "O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar

(14) António Enes, "As manifestações", jornal *O Dia*, de 16 de Janeiro de 1890, in *O "Ultimatum" visto por António Enes, cit.*, pp. 214-215.

(15) Cfr. António Enes, "Movimento nacional", jornal *O Dia*, de 26 de Fevereiro de 1890, in *ob. cit.*, p. 279.

o contrário. Declamar contra a Inglaterra é fácil, emendarmos os defeitos da nossa vida nacional será mais difícil, mas só essa desforra será honrosa, só ela será salvadora" (16). Os promotores do comício sugeriram que An tero viesse a ser o presidente dessa nova agremiação. Instado por Luís de Magalhães, por Basilio Teles e pelo estudante Francisco Reis Santos, que o foram procurar ao seu retiro filosófico de Vila do Conde, o autor dos *Sonetos* aceitou a incumbência. O projecto de estatutos da Liga e as intervenções públicas do seu presidente esclarecem-nos sobre os objectivos a cumprir. Tratava-se de harmonizar, à margem das venalidades e abjurações político-partidárias, os anseios morais da opinião pública com as superiores finalidades do Estado, regenerando a Nação e pondo termo definitivo a "trinta anos de materialismo político" (17). No entanto, o elemento académico, representado na Liga, não encontrou melhor forma para aproveitar os talentos de Antero do que envolvê-lo imediatamente numa luta ociosa contra o Cônsul inglês no Porto, que admoestara vigorosamente a rapaziada pelos insultos e excessos de linguagem contra mulheres de nacionalidade britânica (18).

A Liga Patriótica do Norte também se iniciou sob os inevitáveis auspícios da usual dramatização cívica. Se o testemunho de Eça de Queirós é merecedor de crédito, Antero abandonou Vila do Conde por entre o transbordante entusiasmo de "uma turba de estudantes (...) que agitavam tochas e bandeiras (...) Na casa em que se hospedara, tremulava sobre uma varanda o estandarte de Portugal, anunciando, à velha moda feudal, a presença do senhor da terra, defensor das gentes e dos gados. Tão simbólico era que alguns mais exaltados, ou mais estéticos, estudavam a forma de uma dalmática de doge, toda em veludo e arminhos, com que ele devia presidir às sessões da Liga!..." (19).

A impotência nacional, enquanto persistiu o estado de irritação colectiva, continuaria a exprimir-se pelos canais de uma patética

(16) Jornal *A Província*, de 26 de Janeiro de 1890.

(17) Sobre o projecto de Estatutos, leia-se o artigo "A Liga Patriótica do Norte", no jornal *Onze de Janeiro*, Porto, nº 58, 8 de Março de 1890, p. 1, cols. 2 a 5; o discurso proferido por Antero de Quental na Liga, em 7 de Março de 1890, encontra-se transcrito em Arnaldo Fonseca, *ob. cit.*, pp. 130-134.

(18) Cfr. Christiano de Carvalho, *Revelações*, Barcelos, Portucalense Editora Lda, 1932, pp. 72-79 e A. Álvaro Dória, *ob. cit.*, pp. 518-545.

(19) Eça de Queiroz, "Um Genio que era um Santo", *Anthero de Quental. In Memoriam*, Porto, Mathieu Luga Editor, 1896, p. 514.



simbolização romântica, roçando frequentemente a vulgaridade e o mau gosto. Tudo isto era ainda exacerbado pelas atitudes retaliatórias adoptadas pelo gabinete regenerador de Serpa Pimentel. O ministério em funções apercebera-se da mutação gradativa que ia lavrando no subsolo da opinião pública. Se nas primeiras horas a explosão fora apenas anglófoba e platonicamente nacionalista, nos momentos seguintes trasmudara-se num sedicioso sentimento anti-monárquico. O registo desta variação não escapou à pena sagaz de António Enes, que, num dos seus artigos de jornal, fustigou o sestro autoritário da política então adoptada. Para ele, as restrições impostas pelos regeneradores ao exercício das liberdades públicas fortaleciam a convicção de que os poderes oficiais repudiavam o movimento nacional de protesto. Era isto que estava "reunindo em volta da bandeira do *ódio à Inglaterra* paixões políticas, ressentimentos antigos e esperanças revolucionárias". E Enes acrescentava muito explicitamente: "Hoje, essa bandeira já o não é só de guerra contra o estrangeiro insolente; principia a representar uma opposição enérgica às instituições vigentes, acusadas de terem desarmado a honra e os interesses do país perante os insultos e as espoliações da força" (20). Também João Chagas secundaria, anos depois, esta mesma interpretação: "Começou-se por gritar, abaixo a Inglaterra; acabou-se por gritar, viva a República" (21).

Esta sanha, enquanto síntese de irreprimida anglofobia e de epidérmico republicanismo, não se traduziu numa irrefragável e decidida postura colectiva. Os eventos a que Lisboa pôde assistir no dia 11 de Fevereiro, quando tinha decorrido um mês apenas sobre a data do Ultimato, dão-nos bem a noção de uma débil vontade popular de desforra. Os mentores mais aguerridos da opinião pública haviam convocado os interessados para uma reunião cívica no Coliseu. Tratava-se de vitoriar a solidariedade manifestada por alguns jornais democráticos espanhóis e franceses, no decurso deste apertado transe da vida nacional. Obtivera-se, até, a anuência das regiões oficiais. Porém, o Governador Civil tripudiou sobre todas as autorizações anteriores, mandando encerrar o Coliseu na hora aprazada para a abertura do comício e fazendo guardar as suas portas por umas

(20) António Enes, "A situação", jornal *O Dia*, de 6 e 8 de Fevereiro de 1890, in *O "Ultimatum" visto por António Enes, cit.*, p. 246.

(21) João Chagas, *Pamphlet o*, nº 4, Porto, Typographia Occidental, 14 de Janeiro de 1894, p. 7.

dezenas de guardas municipais. A multidão retrocedeu, obediente. No Rocio, Jacinto Nunes e Manuel de Arriaga procuraram reorganizar os restos desse refluxo amedrontado, perorando em plena rua, sem outro êxito palpável que não fosse o das correrias plebeias à frente dos chanfalhos dos representantes da Ordem. Os improvisados oradores, ainda que muito vitoriados pelos fugitivos, foram presos e conduzidos a bordo de uma embarcação ancorada no Tejo (22). Aguardava-se que, à noite, o desenlace fosse bem diferente. É que o Clube Henriques Nogueira projectara repetir a cerimónia de transportar solenemente uma coroa votiva, depondo-a na base do monumento a Luís de Camões. Fialho de Almeida, escrevendo sob o pseudónimo de Irkan para o jornal satírico *Pontos nos ii*, de Rafael Bordalo Pinheiro, reproduziu com mestria, através da opulência do seu estilo amargo mas visualizante, o deprimente resultado final desta gorada iniciativa. A citação, ainda que demasiado longa, toma-se-nos obrigatória: "Às sete horas [da noite] era já nas mas uma multidão enorme e curiosa, de grupos embuçados, tipos paquidérmicos, lentos e sonâmbulos, que iam e vinham, trocando poucas palavras, parando às esquinas das mas, e como acordando entre si misteriosos pactos, e palavras de ronda conspirante. Pelas ladeiras que levam à praça de Camões, esses gmpos eram ainda mais fervilhantes, mais numerosos, mais sombrios: e bem depressa o Chiado, o Loreto, S. Roque, e as Chagas tinham começado a apinhar-se de sombras negras, caladas, ávidas, evidentemente aguardando o quer que fosse. No recinto da praça onde campeia a estátua, não havia porém um único vulto, a não ser o do bronze, com o tapa-olhos de crepe amarrando ao pedestal as cabeças dos navegadores e cronistas. Um cordão de municipais munidos cada um de sessenta cartuchos, e com as baionetas cravadas nos canos das espingardas, protegia o cantor das glórias nacionais, das raivas da canalha que premeditara infamar-lhe a memória com flores, e descia à audácia de vir provocar o povo a uma batalha de ruas, pelo simples pretexto dessa coroa cívica, atirada como *forget me not* da injúria britânica, aos pés do monumento representativo e condensador das passadas glórias, e das futuras aspirações da alma nacional. Oito horas dadas, quando a multidão era na praça, mais espessa, cada janízaro da polícia (dos inúmeros que se distribuíam por entre os espectadores) sacou do bolso um apito, e toca a apitar aos quatro ventos, como num incêndio monstro e subitâneo. Tanto

(22) A. Álvaro Doria, *ob. cit.*, p. 537.

bastou para que em dez minutos, todos os conspiradores desertassem dos seus postos, todos os exaltados se sumissem, todos os patriotas fossem para as suas casas mudar de roupa, e ninguém ficasse, ninguém! pronto a romper o cordão dos brutamontes da guarda, e a levar ao cabo, individualmente, a manifestação que cem polícias e trinta municipais proibiram à massa inerte de seis ou sete mil pessoas" (23). Há em toda esta descrição um travo de comédia bufa, de arlequinada barata, de entremez ordinário que não pode escapar ao leitor mais negligente. E, no entanto, o depoente é insuspeito. Fialho, na púrpura e no fiapo do seu nervo de escritor comprometido, desnuda aqui a chaga da impotência popular lisbonense — uma impotência que, em todo o caso, não prescinde de um prómio iniciático, patenteado na murmuração discreta, na promessa frustrada de conciliábulos falhados, em suma, no clima prévio de uma missa revolucionária que acabará por não ser rezada. A encenação seguiria, não obstante, o seu curso esconjuratório. A ela aludiria Fialho de Almeida n'Os Gatos, investindo os "trabuqueiros d'elrei" afobados em meterem "as sessenta cargas à cara dalguns descuidosos operários que se repousam, pondo coroas no pedestal da estátua dos poetas, e se desforçam, pondo alhos no pedestal da estátua dos monarcas" (24). A alusão ao desforço merece uma explicação. Fialho, de parceria com Heliodoro Salgado e outros frequentadores das tertúlias jacobinas do Café Martinho, ornamentou a estátua de D. José com uma coroa de alhos e palha. Nas fitas que dela pendiam, podia ler-se: 2 2/2/90 — *Manifestação autorizada pelo governo. Homenagem do povo português à dinastia dum rei que numa hora de luto público lhe proibiu d'ir abraçar-se à estátua do seu poeta* (25). A deserção popular do dia 11 de Fevereiro passará a ser designada pelos republicanos como a "campanha dos apitos". Sendo certo que a sucessão dos episódios atija todas as más vontades democráticas contra um Trono julgado passivo e contra um Poder tido como conivente, não é menos verdadeiro que o demissionismo popular gera em espíritos combativos um juízo de cólera desalentada. Fialho de Almeida, o Irkan dos *Pontos nos ii*,

(23) Irkan [Fialho de Almeida], "Cobardes!", jornal *Pontos nos ii*, Anno VI, de 13 de Fevereiro de 1890, p. 50.

(24) Fialho d'Almeida, *Os Gatos*, I<sup>o</sup> Vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945, p. 265.

(25) *Ibidem*, nt. 1 da mesma página, da autoria do Doutor Álvaro J. da Costa Pimpão.

fustiga a retracção das massas com estas palavras: "Não, isto não é povo, é lama plástica. Isto não é amor da pátria, é balela ridícula" (26).

Dado o emotivo contorno da generalidade dos espíritos, não é de espantar que algumas figuras, mais impassíveis ou mais próximas da Realeza, tenham abordado a situação com laivos de sarcasmo. Conta-se neste grupo um Tomás Ribeiro, publicando n'O *Mensageiro*, sob o pseudónimo de Tomé de Diu, uma crítica escarninha contida nos versos d'A *Patrícia* :

"Ninguém me viu, amigo, num comício...  
(*meeting* — é proibido, o inglês é crime,)  
não sou da *Executiva*, do Rossio,  
nem da *Liga do Norte*. Ainda um convicio  
não soltou do meu peito o horror sublime,  
escrevendo ou falando. E que ando frió  
ao ver tanto ouropel, tanto atavio  
quando a verdade é nua, ingénua e franca!" (27)

Na capital, continuavam a programar-se peregrinações patrióticas. A Maçonaria Portuguesa anunciara para o dia 2 de Março um préstito cívico aos monumentos tumulares de Camões e Vasco da Gama. O Governo Civil interveio uma vez mais, cortando cerce os propósitos maçónicos, através do Edital de 24 de Fevereiro. Por isso, os ânimos voltarão a excitar-se no Café Martinho, foco proverbial da irradiação contestatária. Em 24 de Fevereiro cumpria-se mais um aniversário da romântica Segunda República francesa. Sendo impossível, pois, concretizar a romagem às ossadas do Magno Poeta e do Grão Navegador, as frustrações acumuladas sublimaram-se num outro cerimonial memorizante. Interrompida por momentos a farfalheira das conversações, sustido por instantes o tilintar do serviço da copa, Jacinto Nunes, acolitado por estudantes, por jovens militares e pela habitual legião de republicanos, brindou silenciosamente à memória dos fautores da revolução francesa de 1848.

No dia seguinte, 25 de Fevereiro, a Comissão Executiva da Grande Subscrição Nacional foi intimada pelo diligentíssimo Governador Civil a remover do varandim do Teatro de D. Maria II os festões, os panejamentos, as inscrições, numa palavra, o aparato

(26) Irkan [Fialho de Almeida], *art. cit.*, p. 51.

(27) Citado por Alexandre Cabral, *ob. cit.*, p. 133, nt. 45.

que lembrava aos transeuntes a obrigação patriótica da ajuda pecuniária. António Enes esbravejou no jornal *O Dia*, alegando que a Comissão era composta por "homens respeitáveis de todos os partidos e de todas as condições", ombreando o Duque de Palmeira com Latino Coelho, o Marquês da Praia com Fernando Palha e Mendes Monteiro com Nobre França<sup>(28)</sup>. Se a intimação não pôde deixar de ser acatada, os conciliábulos do Café Martinho logo maquinaram o correctivo entendido como mais pertinente, afixando à porta a vera effigie dos Ministros, sublinhada com este comentário rude: "*Os retratos dos traidores à pátria, vendidos à Inglaterra*".

Em Coimbra, proliferaram as publicações incendiárias. No jornal *O Ultimatum* apareceram artigos de opinião ferocíssimos, redigidos por dois estudantes até então no anonimato. Eram eles António José de Almeida e Afonso Costa. Embora ambos tivessem sido processados, só o primeiro foi condenado a uma pena de prisão, justificada pelo texto verrinoso que publicara contra D. Carlos e que, acintosamente, se intitulava *Bragança, o último*. A vanguarda democrática da Academia coimbricense centraria no encarceramento de António José de Almeida uma boa parte do seu protesto insubmisso. A cadeia converteu-se em destino usual de romagens estudantis e em fulcro de numerosas manifestações, que os poderes instituídos iam combatendo ou iludindo conforme podiam. No dia 26 de Junho, o Centro Republicano de Coimbra realizou um comício a favor do estudante aprisionado, o qual foi presidido por Sebastião de Magalhães Lima. Foi com notória comoção que António de Almeida, pai de António José, agradeceu as palavras apoteóticas de Alves Correia e se confessou adepto do "Partido do Povo", desligando-se das suas pretéritas fidelidades ao Partido Regenerador. O jornal portuense *A Republica* publicitou o acontecimento, enfatizando muito especialmente a efusão anti-monárquica, que transbordara do interior do Centro Republicano para as ruas: "À saída, toda aquela onda de povo a que se juntaram os grupos que estavam ao longo da rua, acompanharam os jornalistas de Lisboa até ao Hotel Mondego, aos gritos de viva a república, abaixo a monarquia e morra o caçador Simão. Todos estes vivas foram soltos nas barbas da polícia, na praça e nas ruas centrais. Muitos estudantes soltaram morras à polícia. Os ânimos estão muito agitados. A indignação é

(28) Cfr António Enes, "Movimento nacional", jornal *O Dia*, de 26 de Fevereiro de 1890, in *O "Ultimatum" visto por António Enes*, cif., p. 279.

grande contra a odiosa condenação do académico Almeida. A academia espera ansiosamente o protesto dos académicos do Porto" (29).

Tem agora cabimento perguntar: como se traduzia, então, esse tal protesto dos académicos nortenhos? Os estudantes portuenses encontravam-se a braços, desde os começos de Fevereiro, com uma disputa inglória e pueril, tendo por alvo a pessoa do cônsul britânico na Invicta Cidade. À semelhança do que começara por acontecer em Lisboa, também no Porto haviam ocorrido desmesuras e excessos de linguagem, de que foram vítimas algumas damas inglesas. Constando aos estudantes que o cônsul Oswald Crawford manifestara já, em círculos restritos, a sua impaciência, entendeu a Comissão Executiva da Academia indagar officiosamente da veracidade de tais informes. A resposta do representante britânico não poderia ter sido mais glacial, aconselhando os académicos portuenses a que "para o futuro [insultassem] só homens, ou sendo possível, se [abstivessem] de insultar" fosse quem fosse (30). Os bríos estudantis sangraram bílis. Mas como a Liga Patriótica do Norte estivesse a dar os seus primeiros passos, o remordimento juvenil não encontrou melhor saída senão a de mandar o seu Presidente, Antero de Quental, para a obtenção das satisfações julgadas curiais. E eis o nosso filósofo envolvido na ingrata missão de comendatário de estudantinhos amuados, desenvolvendo penosas diligências junto dos governantes portugueses para que fosse retirado o *exequatur* ao odioso Crawford. Enquanto isso, adia-se para futuro incerto a escavação dos alicerces em que a Liga deveria equilibrar-se para o anunciado renascimento patriótico e para a erradicação de vícios diuturnos. O caso acabou por resolver-se, quase por inércia, através da deliberação do gabinete britânico, que mandou regressar a penates o seu zeloso representante. Os testemunhos cruzados de Luís de Magalhães e de Eça de Queirós permitem reconstituir, com a aproximação possível, a lenta mas segura agonia da Liga Patriótica. Depois de aludir aos excessos burocráticos em que o recém criado organismo se deixou enleiar, Luís de Magalhães adianta reflexões que consideramos decisivas. Assim, declara, peremptório: "Pior, porém, do que a péssima máquina que se construíra, era o combustível moral que a devia alimentar. O incêndio

(29) "Grande reunião republicana em Coimbra", jornal *A Republica*, Porto, 1- Anno, nº 69, 27 de Junho de 1890, p. 3, col. 3.

(30) Cfr Arnaldo Fonseca, *ob. cit.*, p. 84, nt. 1 e Cristiano de Carvalho, *ob. cit.*, p. 78.

patriótico fora um fogo de palha: clarão dum momento! Depois do primeiro arranque, sincero e nobre, o egoísmo orgânico da burguesia e a inconsciência popular reapareceram e predominaram. Na nossa preocupação de defender a Liga dos políticos de ofício, fomos criando o vácuo em redor de nós. Desde que não servíamos como um elemento de jogo na tavalagem dos seus interesses e ambições — a prudência aconselhava o abandono. E se os políticos voltavam à sua politiquice, os indiferentes voltavam à sua indiferença e os abstencionistas à sua abstenção. Assim, a meio da nossa obra, compreendíamos a sua absoluta inanidade, abrindo os olhos ante a desilusionante evidência" (31). A explicação inicial, ou seja, a de que o "incêndio patriótico" não fora mais do que um "fogo de palha", subordina, em nosso entender, toda a particularização das sobranter causas aduzidas. Quanto a nós, o romantismo tragicómico da acção popular, de nulo alcance prático, limitou-se a denunciar a ausência total de uma direcção política eficaz, esclarecida, ambiciosa, capaz de tomar em suas mãos poderosas a "lama plástica" de que falava Fialho de Almeida e de a modelar em definido contorno. Na falta de um Directorio republicano audacioso, o protesto popular só pôde encontrar sorvedoiro nas correrias desconexas, nas vozearias estridulas, nos castrantes simbolismos anodinos, nas faixas, nos crepes, nos brindes, nas gazetilhas e nos mil e um expedientes em que os homens se refugiam para se darem a ilusão de um poder que se lhes furta. O sempiterno equívoco de todos os romantismos políticos consiste em supor que um Povo, no perfil heteróclito das suas mil partes componentes, poderá ser abandonado a si mesmo sem sofrer a constante humilhação e o sistemático sonegamento de finalidades vagamente pressentidas, tenuemente debuxadas. A Liga incorrera no perigoso fascínio de imaginar que a fogueira patriótica poderia alimentar-se pela brasa da Moral supra-partidária e tendencialmente apolítica. Ora, a verdade é que cada Política comporta a sua Moral, — ou vive da sugestão de que tem alguma —, cabendo ao Cidadão discriminar entre complexos normativos em alternativa. A Liga Patriótica do Norte feneceu, como muito bem foi assinalado na altura própria, por nela ter medrado o espúrio dogma traduzido pela fórmula "nada de política" (32). E nem a capacidade filosófica de Antero foi suficiente para

(31) Luiz de Magalhães, "A vida de Anthero", *Anthero de Quenta*. In *Memoriam, cit.*, pp. 134-135.

(32) Cfr. "A causa da morte da Liga Patriótica", jornal *A Republica*, Porto, 1<sup>o</sup> Anno, n<sup>o</sup> 10, 28 de Abril de 1890, p. 1, col. 1 e 2.

suster a maré alta das indiferenças. Deixemos falar Eça de Queirós: "Na sessão em que se leram os consideráveis Estatutos só havia, na vastidão dos bancos, quinze membros que bocejavam. E numa outra final, como ventava e chovia, só apareceram dois membros da Liga, o presidente que era Antero de Quental, e o secretário que era o Conde de Resende. Ambos se olharam pensativamente, deram duas voltas à chave da casa para sempre inútil, e vieram, sob o vento e sob a chuva, acabar a sua noite em Santo Ovídio" (33).

Assim, como inevitável consequência do abandono popular à sua endógena motivação, o que se manifesta mais flagrantemente com o correr do tempo, é o progressivo abatimento de todas as manifestações de impaciência, de todos os gestos de desafronta, de toda a encenação de repulsa. Poderá ressalvar-se, é certo, a revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891. Mas mesmo essa se perdeu nas volutas de uma estranha e atávica dramatização nacionalista. Feita ao arrepio do Directorio republicano acabado de eleger, esta revolta de jornalistas, de sargentos e de subalternas vontades, colhe a sua póstuma validade do facto de conferir a uma nova geração o potencial profético, quase místico, de que carecem todos os vingadores de humilhadas memórias. Antes dela, já a Grande Subscrição fora açambarcada pelo governo; já Antero se vira obrigado, como referimos, a fechar melancolicamente as portas da Liga Patriótica, abandonada por quase todos; já a Liga Liberal de Fuschini mostrara a vacuidade do seu impreciso liberalismo castrense; já a Federação Latina, sonhada por alguns, se saldara numa total falência de propósitos. Faltava o correr do pano da aventura nortenha para que os assomos finais suscitados pelo tratado "ad referendum" de Agosto cedessem o passo à placidez do "modus vivendi" subsequente. O empolgamento colectivo das primeiras horas, indesmentível, aparentemente dilacerador de todas as falsas convenções e de todas as pútridas misérias particularistas, resvalou inelutavelmente para a gritante indiferença que António Enes assinalava nos princípios de Setembro de 1890, ao afirmar: "A agitação produzida pelo *ultimatum* de 11 de Janeiro, — que se houvesse sido bem dirigida e consolidada poderia ter impulsionado uma regeneração da política portuguesa, e influído nas negociações com a Inglaterra para nos poupar vergonhas como as do tratado de 20 de Agosto, — extinguiu-se sem quase

C<sup>3</sup>) Eça de Queiroz, "Um Genio que era um Santo", *Anther o de Quental. In Memoriam, cit.*, pp. 514-515.



deixar outra memória de si além de alguns contos de réis que se não sabe que aplicação hão-de ter, e retratos de intrépidos africanistas estampados em lenços de assoar ingleses e pratos de Sacavém inglesados" (34).

A revolta do Porto foi bem o remate de uma liturgia de impotência. Uma revolta preparada quase às escâncaras, noticiada com antecedência em alguns jornais nortenhos, uma revolta com data marcada e sem a solidariedade do Directorio republicano lisboeta, a que futuro poderia almejar? Cumpriu-se, contudo, o ritual da liberdade, ao decalcar-se, com pasmoso rigor, a trajectória militar que havia sido cumprida pelos revolucionários desse distante 24 de Agosto de 1820. Agora, em 31 de Janeiro de 1891, tal como outrora, também a cidade vai ser percorrida em préstito cívico, por entre galas, palmas e flâmulas, como se o Sinédrio tivesse saído das alfurjas do tempo morto e ressuscitasse nas asas da Utopia.

Sabe-se como tudo acabou, e quão pesado foi o dia seguinte para os vencidos. O que talvez se continue a ignorar são os exactos contornos de uma Alma Portuguesa que começa sempre por arder em labaredas de fogo e acaba sempre por se demitir, em rescaldos de conformação.

C<sup>34</sup>) António Enes, "O que se há-de fazer?", jornal *O Dia*, de 8 de Setembro de 1890, in *O "Ultimatum" visto por António Enes, cit.*, p. 390.